

Alfabetização de surdos na Educação Básica: uma investigação das produções em periódicos nacionais

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.9758>

Isabela Marinho Menezes¹, Lourival José Martins Filho², Paula Aparecida Diniz Gomides³

Resumo: Este artigo se ocupa da inclusão escolar da comunidade surda, no que tange à alfabetização na Educação Básica. As minorias linguísticas têm um percurso marcado pela fragmentação, principalmente na constituição linguística. No caso da comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, deve ser ensinada como primeira língua, favorecendo a adoção das pedagogias visuais. Em face disso, analisamos as produções científicas publicadas em periódicos nacionais, evidenciando as abordagens, as metodologias e os desafios enfrentados na alfabetização de estudantes surdos. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo exploratório e com a utilização da revisão bibliográfica como principal instrumento de coleta. Alcançamos 11 produções, delineadas em duas categorias analíticas: i) Abordagens Pedagógicas e Metodológicas; e ii) Desafios e Políticas Públicas. A partir dos resultados alcançados, reforçamos a importância da valorização da Libras e da busca pela construção de materiais pedagógicos, formação continuada dos docentes e abordagem bilíngue da Libras, fomentando uma apropriação mais contextualizada e crítica desta e da língua portuguesa escrita, sua segunda língua. Apesar de incipientes, os estudos localizados nos mostram uma realidade, em certa medida, conhecida pela maioria dos professores: o desconhecimento docente sobre a Libras, a necessidade de fortalecimento da formação inicial e continuada, e a baixa proficiência em Libras dos próprios alunos surdos, tradutores e intérpretes. Em vista disso, entendemos que as problematizações e as reflexões podem favorecer o compartilhamento de experiências e a luta pela implementação de políticas públicas educacionais mais inclusivas.

Palavras-chaves: Alfabetização de surdos, Ensino Bilíngue, Políticas Públicas Educacionais.

Deaf Literacy in Basic Education: An Investigation of Research in Brazilian Journals

Abstract: This article addresses the school inclusion of the deaf community, with regard to literacy in Basic Education. Linguistic minorities have a history marked by fragmentation, particularly in their linguistic makeup. In the case of the deaf community, Brazilian Sign Language (Libras) should be taught as a first language, favoring the adoption of visual pedagogies. Therefore, we analyzed scientific research published in Brazilian journals, highlighting the approaches, methodologies, and challenges faced in teaching deaf students to read and write. We conducted qualitative, exploratory research using a literature review as the primary data collection tool. We identified 11 studies, divided into two analytical categories: i) Pedagogical and Methodological Approaches and ii) Challenges and Public Policies. Based on the results achieved, we reinforce the importance of valuing Libras and developing teaching materials, ongoing teacher training, and a bilingual approach to Libras, fostering a more contextualized and critical understanding of Libras and written Portuguese, their second language.

¹ Ma. em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS) e servidora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), isabela.marinho@gmail.com.

² Professor Dr. titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), lourivalfilho@mec.gov.br.

³ Dra. em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), paulagomides@ufmg.br.

Although incipient, the localized studies reveal a reality that is, to some extent, familiar to most teachers: the lack of teacher knowledge about Libras, the need to strengthen initial and ongoing training, and the low Libras proficiency of deaf students and translators and interpreters themselves. Therefore, we believe that problematizations and reflections can foster the sharing of experiences and the fight for the implementation of more inclusive public education policies.

Keywords: Deaf Literacy, Bilingual Education, Public Education Policies.

Introdução

Desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002, nota-se uma evolução nas políticas públicas que se ocupam da educação de surdos, decorrente do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua da comunidade surda (Brasil, 2002) e a Educação Bilíngue de Surdos (Brasil, 2021), que fundamenta metodologias visuais e a apropriação da língua portuguesa escrita após a constituição de proficiência adequada em sua L1. Assim, novas práticas educacionais são problematizadas, favorecendo o compartilhamento de experiências exitosas e a busca de novos recursos que valorizem a língua, a cultura e a identidade surda (Almeida, 2015; Quadros, 2019).

As pesquisas que enfocam o tema mostram que a Lei nº 14.191/2021 favorecem o respeito à identidade e cultura surda, contribuindo para que sejam apontados novos rumos e metodologias pedagógicas, direcionados à interculturalidade e o entendimento da surdez como diferença e não deficiência (Silva; Aguiar, 2025; Silva *et al.*, 2025). Francisco e Argôlo (2025) considera que um bom apoio para essas políticas foram os programas de incentivo, como o Parfor Equidade da CAPES⁴, que fomentou a criação das licenciaturas bilíngues (Libras-Português) no país. Contudo, ainda é preciso ampliar as oportunidades, com a criação de novas escolas bilíngues, visto que há uma desigualdade nessa distribuição (Gomides *et al.*, 2022).

Em função disso, nos interessamos pelo (re)conhecimento do estado do conhecimento sobre as produções científicas socializadas em periódicos nacionais que se articulem à alfabetização e ao letramento de surdos. Nosso objetivo é analisar as produções científicas publicadas em periódicos nacionais, evidenciando as abordagens, metodologias e desafios enfrentados na alfabetização de estudantes surdos. Nossa principal hipótese indica que tais produções, sobretudo a partir da publicação da Lei nº 10.436/2002, que outorga o reconhecimento linguístico, favorecem a construção de novas

⁴ Política implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2023, que buscou a especialização dos docentes na inclusão, refletindo as demandas legislativas e o aumento das matrículas das minorias, como a comunidade surda. A medida é orientada pela Portaria nº 102, de 24 de Abril de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>. Acesso em: 8 set. 2025.

metodologias, direcionadas à inclusão e à empatia, em face da diversidade (Skliar, 2017; Quadros, 2019; Gomides *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2025).

Produzimos uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo exploratório e baseada na revisão bibliográfica para a coleta dos textos analisados. A plataforma utilizada para a busca bibliográfica foi o portal *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, com a adoção dos seguintes descritores: "alfabetização de surdos", "educação básica para surdos" e "letramento de surdos" com o recorte temporal entre 2002 e 2025 (23 anos). Foram encontradas 11 bibliografias que mostram um retrato estático da educação de surdos, mesmo com políticas que favorecem, principalmente, a Educação Bilíngue. A leitura das bibliográficas ocasionou na construção de duas categorias: i) Abordagens Pedagógicas e Metodológicas; e ii) Desafios e Políticas Públicas.

O presente artigo organiza-se da seguinte maneira: na próxima seção, debatemos a fundamentação teórica, situando a alfabetização de surdos e as especificidades envolvidas na Educação Bilíngue. Em seguida, apresentamos nosso percurso investigativo, debatendo as bibliografias encontradas em nossa coleta de dados. Após, estabelecemos nossas considerações, em título de discussão, delineando os principais resultados, articulados às categorias criadas. Por fim, refletimos alguns caminhos para a temática.

Fundamentação teórica

A Educação Bilíngue de Surdos compreende um modelo educacional que reconhece a importância e o valor da Libras como primeira língua dos surdos, permitindo que eles tenham acesso a um currículo que respeite sua língua e cultura, além de promover a aquisição da língua oral, possibilitando a comunicação com a comunidade ouvinte (Perlin; Strobel, 2014; Quadros, 2019; Gomides *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2025). Em nosso país, essa modalidade é respaldada pela Lei nº 14.191/2021, que sintetiza algumas deliberações já outorgadas (Brasil, 2002; 2005; 2015), como a formação de professores e a oferta de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de profissionais da educação (Brasil, 2021).

O aprendizado da Libras encontra-se mais além de uma mera aprendizagem linguística. Na verdade, toda aprendizagem linguística envolve também a apropriação das ideologias, culturas e identidades que emergem com ela. Isso não é diferente com as línguas de sinais, com o (re)conhecimento da cultura surda, a compreensão das particularidades da comunicação não verbal e a valorização da identidade surda (Silva; Aguiar, 2025; Francisco; Argôlo, 2025). Por isso, é fundamental que os professores que

atuam nessa área sejam capacitados para a oferta de uma mediação de qualidade, que atenda às necessidades específicas dos surdos. É comum o reforço de alguns pesquisadores desta área (Skliar, 2017; Kurz, 2021), da formação inicial e continuada dos docentes.

A formação de professores acerca da Libras, da cultura e da identidade surda, é um fator relacionado, inclusive, às legislações que tratam da comunidade surda, considerando que a acessibilidade linguística é fundamental para a inclusão desses sujeitos (Gomides *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2025). De acordo com a Lei nº 14.191/2021, o ensino de Libras para surdos deve ser oferecido desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, compreendendo todas as etapas do ensino, em um percurso educacional completo e inclusivo. Além disso, é fundamental que o ensino de Libras seja ministrado por professores fluentes na língua e que possuam conhecimento sobre a cultura surda (Brasil, 2021).

De acordo com Quadros (2019) e Gomides *et al.* (2022), a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, determinada pelo Decreto nº 5.625 (Brasil, 2005), é um passo importante para a valorização e o reconhecimento desta como uma língua legítima. Contudo, essa formação ainda carece de aperfeiçoamentos, sobretudo, em sua carga horária, já que ela mostra-se insuficiente para um aprendizado e socialização linguística e cultural adequados aos docentes. Corroborando com esse entendimento, Menezes, Lopes Júnior e Gomides (2023, p. 13) mostram que é preciso, para além da adequação à legislação, a construção de saberes práticos, que auxiliem, de fato, a mediação pedagógica:

Ao abordarmos a forma como os professores de matemática tem contato com a surdez durante a licenciatura e as contribuições de estudos recentes que enfocam o ensino de matemática para surdos, destacamos que a disciplina que enfoca a Libras aos professores de matemática não oferece, propriamente, um aporte válido para o contato com os alunos surdos. A carga horária, apesar de atender à legislação, é insuficiente para que temáticas importantes como a língua, a cultura e a identidade surda sejam abordados.

Esses autores ainda complementam sobre a efetividade de políticas públicas que garantam o acesso à Educação Bilíngue de Surdos em todos os níveis de ensino, com a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados, a contratação de intérpretes de Libras e a promoção de ações de formação continuada para os professores (Menezes; Lopes Júnior; Gomides, 2023). Acreditamos que a efetivação de um trabalho de qualidade não se resume apenas à aquisição de habilidades linguísticas, mas ao

desenvolvimento da capacidade crítica, pensamento reflexivo e espírito investigativo dos estudantes, permitindo que eles se tornem cidadãos ativos e participantes da sociedade (Almeida, 2015; Kurz, 2021; Silva *et al.*, 2025). A próxima seção debate a metodologia utilizada na realização desta pesquisa.

Metodologia

Conforme evidenciado, o presente artigo se estrutura sob a égide das pesquisas de natureza qualitativa, comprometidas com a subjetividade humana (Gil, 2010), com tipo exploratório e utilização da revisão bibliográfica como principal instrumento de coleta de dados. Nossa busca realizou-se na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com um recorte temporal compreendido entre 2002 e 2025 (23 anos), demarcado pela publicação da Lei nº 10.436/2002 (Quadro 1). Foram utilizados os seguintes descritores (todos os índices): "alfabetização de surdos", "educação básica para surdos" e "letramento de surdos".

A coleta bibliográfica indicou 11 trabalhos produzidos entre 2014 e 2025, conforme indicado a seguir:

Quadro 1 - Artigos selecionados para a revisão bibliográfica

Título	Autoria/ano	Objetivo	Palavras-chave
A alfabetização de surdos na Política Nacional de Alfabetização (2019-2022)	Rodrigues, Gontijo e Gutierrez (2025)	“Compreender a concepção de alfabetização de crianças surdas evidenciada nas propostas de educação do governo Bolsonaro (2019-2022)”.	Política Nacional de Alfabetização. Alfabetização. Criança Surda.
Práticas de letramento no processo de aquisição de língua portuguesa escrita por surdos nas séries iniciais do ensino fundamental	Sousa e Cavalcanti (2024)	“Analisar as práticas de letramento usadas por professores de salas regulares bilíngues para surdos que se encontram no processo de aquisição da língua portuguesa escrita”.	Letramento. Língua Portuguesa. Surdos.
A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da Lei de Libras	Rocha e Pasian (2023)	“Discutir teoricamente, em tom de síntese, a natureza da alfabetização de surdos em duas vertentes: a alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio do sistema de escrita SignWriting, e em língua portuguesa, pelo sistema alfabético-ortográfico latino”.	Alfabetização em Libras. Ensino de português para surdos. Sistema SignWriting.
Crianças surdas e experiências com a palavra escrita	Silva e Seabra (2022)	“Analisar como crianças surdas sinalizantes de Libras, no início da escolaridade, fazem registros e o que elas dizem sobre a escrita da língua portuguesa”.	Educação de surdos. Educação bilíngue de surdos.

			Alfabetização e letramento. Língua portuguesa escrita.
Práticas Pedagógicas Inclusivas Bilíngues de Letramento para Estudantes Surdos	Castro e Kelman (2022)	“Descrever e analisar as práticas pedagógicas bilíngues utilizadas para ensinar Língua Portuguesa para surdos, em turmas bilíngues inclusivas, no 6º ano do Ensino Fundamental II, em escolas-polo bilíngues do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias”.	Ensino de Língua Portuguesa. Surdez. Escola-polo bilíngue.
Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta	Freitas (2020)	“Discutir teoricamente, em tom de síntese, a natureza da alfabetização de surdos em duas vertentes: a alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio do sistema de escrita SignWriting, e em língua portuguesa, pelo sistema alfabético-ortográfico latino”.	Alfabetização em Libras. Ensino de português para surdos. Sistema SignWriting.
Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações	Muttão e Lodi (2018)	“Compreender como a formação de professores para a educação de surdos foi discutida em teses e dissertações no período de 1995 a 2014. Constitui-se, portanto, em uma pesquisa bibliográfica que adotou, como procedimento metodológico, a Revisão Sistemática da Literatura”.	Formação de professores. Educação Especial. Pós-graduação.
Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo	Rodrigues e Gontijo (2017)	“Compreender o processo de descentralização da educação/alfabetização de surdos no Brasil e a consequente criação das primeiras classes de alfabetização de crianças surdas no Espírito Santo, quanto aos aspectos políticos e administrativos”.	Educação de surdos. Educação especial. Descentralização.
Produção científica na área da surdez: análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 1992 a 2013	Azevedo, Giroto e Santana (2015)	“Mapear a produção científica sobre surdez publicada na Revista Brasileira de Educação Especial, desde sua criação, em 1992, até 2013, de maneira a acompanhar a trajetória sobre a forma como a surdez e suas especificidades têm sido retratadas nas produções veiculadas nesse periódico. A coleta de dados permitiu a identificação de 49 artigos”.	Educação Especial. Surdez. Revista Brasileira de Educação Especial.
Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas	Lodi, Bortolotti e Cavalmoreli (2014)	“Discutir algumas especificidades das práticas de letramento de surdos, considerando que elas são constituídas a partir de práticas sociais de linguagem que envolvem duas línguas - Libras e português, línguas que compartilham o mesmo espaço/tempo nas diferentes esferas de atividade e que possuem forças socioculturais e ideológicas assimétricas”.	Educação bilíngue para surdos. Práticas de letramento. Língua brasileira de sinais. Língua portuguesa escrita.
O processo de ensino-	Silva (2014)	“Analisar as práticas de leitura de textos em português, construídas por alunos surdos e	Surdos. Leitura. Mescla

aprendizagem da leitura em uma turma de alunos surdos: uma análise das interações mediadas pela Libras		uma professora ouvinte, observando-se a forma como esses participantes usam a Língua de Sinais Brasileira (Libras) para ler e se referir ao texto escrito”.	linguística. Português.
--	--	---	-------------------------

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Os trabalhos foram lidos em sua integralidade e analisados, conforme a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que favorece a construção de categorias analíticas que expressem inferências subjetivas sobre os fenômenos e práticas sociais abordados nos estudos. Além disso, a próxima seção apresenta alguns elementos mais específicos de cada produção, no que tange às abordagens, metodologias e desafios enfrentados na alfabetização de estudantes surdos.

A Análise de Conteúdo proporciona a sistematização das principais preocupações em dados qualitativos e quantitativos, analisando as informações relevantes por meio de três etapas: *pré-análise*, com a coleta e seleção das bibliografias, com vistas ao entendimento do contexto geral; *exploração do material*, com a codificação e categorização do material, estabelecendo relações entre as categorias; e *interpretação e tratamento dos resultados*, com o enfoque sobre como eles se articulam aos objetivos, questões e hipóteses de nosso objetivo de estudo (Bardin, 2011). Tratamos dos resultados na próxima seção, apresentando as categorias analíticas criadas.

Resultados e Discussão

Conforme discutido ao longo deste artigo, utilizamos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para a indicação de interpretações inferenciais que nos ajudem a compreender as principais evidências dos artigos que tratam da alfabetização de surdos. Elaboramos duas categorias: i) Abordagens Pedagógicas e Metodológicas; e ii) Desafios e Políticas Públicas.

A primeira categoria *Abordagens Pedagógicas e Metodológicas*, enfoca as práticas pedagógicas e as estratégias utilizadas na educação de surdos, considerando as práticas sociais de leitura e escrita oportunizadas pelo ambiente escolar. Sousa e Cavalcanti (2024) analisou as práticas de letramento promovidas na modalidade de ensino bilíngue. Essa pesquisa nos mostra que esse tipo de trabalho ainda é escasso, em partes, pela ainda recente inclusão da modalidade na LDB pela Lei nº 14.191/2021. A investigação voltou-se a três escolas municipais de Recife (PE) nos anos iniciais, com a

inclusão de relatos de cinco professores bilíngues (dois surdos e três ouvintes), além de observações da prática em sala de aula. Enfoca-se a importância da Libras para a leitura de mundo desses estudantes e a utilização do alfabeto manual⁵ como um facilitador do ensino da língua portuguesa escrita.

Algumas das estratégias utilizadas pelos professores é a contação de histórias em Libras, além da presença de imagens, jogos, teatros e outros recursos. “Durante as observações das aulas, verificamos que há uma boa comunicação entre professores e estudantes, já que a língua de sinais é utilizada como língua de instrução o tempo todo” (Sousa; Cavalcanti, 2024, p. 16). Enfoca-se a escassez de materiais didáticos, com o estímulo da visualidade e, embora os resultados sejam positivos, há o destaque para a parca presença de escolas com salas que favoreçam essa modalidade educacional, além da ausência de formações continuadas, para o aprimoramento dos docentes. Outro fator é a necessidade de aprofundamentos nas licenciaturas, tanto da língua portuguesa, quanto da Libras, para que o ensino seja mais fluido e eficiente.

Silva e Seabra (2022) abordaram as experiências de crianças surdas na aprendizagem da palavra escrita, explorando como essas experiências influenciam o desenvolvimento desta e da leitura em contextos bilíngues. Foram incluídos seis alunos surdos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a composição de textos em língua portuguesa, pelos participantes e a realização de entrevistas em Libras com eles. “No caso da educação de surdos, o ensino da língua portuguesa escrita está relacionado à escrita de uma segunda língua e, também, à aprendizagem de um sistema de escrita que representa a língua falada oralmente, a qual a pessoa surda não tem ou tem pouco acesso” (Silva; Seabra, 2022, p. 16).

Em função disso, evidenciou-se que, tal como as crianças ouvintes, que têm seu ‘ponto de virada’ na aprendizagem da língua a partir do estabelecimento das relações entre o som à grafia, nas crianças surdas, essa relação se estabelece pelo estímulo à consciência visual, favorecendo um letramento bilíngue. Esse ponto de virada pode ocorrer por meio do ensino da escrita em sinais ou *SignWriting*, escrita diferida, que partem do registro em vídeo das narrativas sinalizadas e, mais especificamente, a escrita bilíngue. “Essa produção textual é composta com a estrutura linguística da língua de sinais, cujas especificidades são comuns em textos realizados em português por pessoas

⁵ Sistema de comunicação simbólica e icônica dos alfabetos nas línguas orais escritas, com a utilização das mãos. Assim, cada letra do alfabeto é representada por um sinal na datilologia (Quadros, 2019).

surdas (Brochado, 2003), em uma perspectiva de segunda língua” (Silva; Seabra, 2022, p. 16).

A pesquisa de Castro e Kelman (2022) discutiu práticas de letramentos bilíngues de letramento para estudantes surdos, enfatizando a importância da Libras e da Língua Portuguesa no processo educativo. O estudo abordou como essas práticas podem melhorar a inclusão e o desempenho acadêmico de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental em escolas bilíngues, evidenciando a importância do envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, na consolidação da inclusão. Conforme apontam, esses objetivos partem de uma mudança paradigmática em todo o sistema, compreendendo que:

É necessário haver uma mudança no sistema educacional como um todo e em seus artefatos, tais como: currículo, sistemas de avaliação, estratégias de ensino, língua de instrução utilizada em sala de aula, planejamento das aulas, forma de trabalho dos profissionais envolvidos no processo de ensino. Enfim, defendemos que, para uma escola abraçar todas as diferenças, inclusive a dos estudantes surdos, é necessário um currículo com base na Pedagogia de Projetos, o sistema de avaliação diário e contínuo (Bruner, 2001), estratégias de ensino multimodais (Kelman, 2005a, 2018) e com base na pedagogia visual (Lacerda & Santos, 2014); a língua de instrução deve ser a Libras, o planejamento necessita ser flexível e os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem devem trabalhar em codocência (Castro; Kelman, 2022, p. 165).

Vemos a necessidade de uma reformulação das legislações e da forma como estas são aplicadas ao contexto educacional, sobretudo, com uma mudança nos currículos e enfoque na formação de professores. No que lhe concerne, Freitas (2020) focou na alfabetização de surdos, debatendo a superação dos métodos tradicionais, que se concentram, com frequência, na memorização e na repetição, explorando práticas alternativas que visam atender melhor às necessidades de aprendizagem dos alunos surdos e promover um ensino mais inclusivo. Conforme aponta Freitas (2020), é importante que a escrita em sinais esteja presente na apropriação da língua portuguesa escrita.

Isso ocorre porque, ao ter um contato efetivo com sua primeira língua, as crianças surdas podem constituir referenciais na aprendizagem de uma segunda língua, no caso da Educação Bilíngue de Surdos, a língua portuguesa. Contudo, a falta de uma base para a realização da prática docente é um desafio. “É certo que ainda há uma carência de pesquisas — especialmente os estudos longitudinais sobre a aprendizagem do

SingWriting por crianças surdas e sobre o ensino sistematizado do português escrito para surdos — que deem o suporte científico necessário às práticas pedagógicas dos alfabetizadores” (Freitas, 2020, p. 13).

Azevedo, Giroto, e Santana (2015) analisaram os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) entre 1992 e 2013 para mapear a produção científica na área da surdez. O estudo destacou a evolução das abordagens e dos temas mais abordados, pela identificação de 49 produções, com aumento das publicações em períodos concernentes à promulgação de legislações que tratam da comunidade surda. Além disso, houve a predominância de trabalhos que se articularam às três áreas: Educação, Fonoaudiologia e Psicologia, como principais, com uma preocupação direcionada ao letramento e ao bilinguismo de surdos.

Nota-se que essa articulação se deve à necessidade de um esforço, com os estudantes surdos, em diferentes frentes, que viabilize a busca pela adequação às legislações, intensificando a preocupação na oferta de uma educação mais personalizada:

[...] ao longo do período considerado, houve uma tendência de crescimento ascendente da publicação de artigos sobre essa temática, uma vez que, na sociedade brasileira, por conta da legislação que assegurou direitos e mudanças sociais, educacionais, tecnológicas, entre outras, às pessoas com surdez, de movimentos sociais dos quais participam essas pessoas; da criação e regulamentação de profissões atreladas aos ajustes necessários para a inclusão dos surdos em diferentes contextos, a exemplo da sistematização da profissão de intérprete de língua de sinais e contratação desse profissional para auxiliar surdos matriculados no ensino regular, entre outros aspectos, têm surgido novas possibilidades para fomentar a discussão sobre a surdez, tendo sido retomada a polêmica sobre os diferentes modelos educacionais para a escolarização de surdos (Azevedo; Giroto; Santana. 2015, p. 471).

O trabalho de Lodi, Bortolotti e Cavalmoreti (2014) discute, sob o viés bakhtiniano, as práticas de letramentos desenvolvidas com estudantes surdos, observando questões como a identidade e as ideologias inscritas nas práticas pedagógicas e nas relações assimétricas estabelecidas na mediação. A pesquisa aponta a importância da articulação entre os contextos e os saberes construídos pela socialização em Libras. Assim, a promoção da leitura, inicialmente em Libras, fundamenta “[...] práticas [que] possam ser significadas na linguagem escrita da língua portuguesa, diálogo entre línguas/culturas presentes em todas as esferas de atividade humana que participam” (Lodi; Bortolotti; Cavalmoreti. 2014, p. 147).

O último estudo incluído nessa categoria é o de Silva (2014), que analisou o processo de ensino e aprendizagem da leitura em turmas de surdos, investigando como as interações mediadas pela Libras afetam a compreensão e o desenvolvimento da leitura. A pesquisa foi realizada com uma turma do 9º do Ensino Fundamental e mostrou padrões interacionais, como estratégias para a leitura em língua portuguesa, com a utilização dos sinais, com o acesso aos repertórios linguísticos já constituídos pelos estudantes. A utilização dos parâmetros linguísticos das Libras, como a organização das frases, por exemplo, pode favorecer o processo de aprendizagem.

Nota-se a importância de um trânsito fluido entre as duas línguas, no reconhecimento dos sinais-palavras. Contudo, a falta de domínio da Libras, no caso dos estudantes e da própria professora, dificulta essa transitoriedade entre ambas. Assim, essa pesquisa, dialogando com as outras bibliografias, indica a formação continuada de professores, no que tange à mediação pedagógica com estudantes surdos, além da melhora da qualidade da educação, com a aprendizagem da Libras como L1. “Repensar o ensino da leitura e, particularmente, o uso da Libras para mediar esse processo, pode ser um dos caminhos para contribuir com a reversão desse quadro” (Silva, 2014, p. 929).

Nossa segunda categoria, intitulada, *Desafios e Políticas Públicas* trata das prerrogativas para a formação de professores e a organização do contexto escolar, debatendo as contribuições das legislações que alcançam a comunidade surda no Brasil. Acredita-se que as políticas fomentam as práticas educacionais. Ao mesmo tempo, é difícil implementar políticas inclusivas, como, por exemplo a Educação Bilíngue de Surdos, sem uma formação que realmente instrumentalize práticas educativas mais inclusivas, com o respeito à identidade e à cultura surda.

O texto de Rodrigues, Gontijo e Gutierrez (2025) enfocou a alfabetização de surdos, em relação às políticas nacionais entre os anos 2019 e 2022 (que coincidem com a gestão presidencial de Jair Bolsonaro). O foco foi na Política Nacional de Alfabetização (PNA), em face dos discursos governamentais e não-governamentais. Evidenciou-se que esses discursos são contraditórios, uma vez que, ao mesmo tempo, em que defende a educação em modalidade bilíngue, a proposta, em si, volta-se ao método fônico, que insiste na oralização da pessoa surda, negado por muitas frentes de defesa à Libras e ao Bilinguismo, equiparando surdos e ouvintes.

Assim, as novidades prometidas vieram travestidas de tradicionalismo e exclusão, perpetuando a exclusão e a evasão escolar, já que os métodos considerados “antigos” vão de encontro a uma gama de conquistas e políticas legislativas que sustentam a história de

luta da comunidade surda (Brasil, 2002; 2005; 2015; 2021). Isso trouxe à baila novamente o debate sobre os direitos desta comunidade, fundando-se, principalmente, na efetivação de uma nova PNA. Rodrigues, Gontijo e Gutierrez (2025), então, primam pela polifonia, direitos humanos, e foco na autoria e nas práticas sociais dos estudantes surdos.

O projeto, que se apresentou como “novo”, materializado na PNA (Brasil, 2019b), apenas ratificou a continuidade de antigas políticas que se sustentam até os dias de hoje no que tange à educação bilíngue de surdos. Como indicam algumas pesquisas, a educação de surdos avançou muito nas últimas décadas, garantindo aos estudantes surdos o uso e a difusão da língua de sinais nos espaços escolares (Rodrigues; Gontijo; Gutierrez, 2025).

A pesquisa de Muttão e Lodi (2018) debate uma revisão sistemática de teses e dissertações sobre a formação de professores para a educação de surdos, defendidas entre 1995 e 2014, alcançando 35 bibliografias. O estudo destacou as principais lacunas na formação docente e as necessidades de melhorias para o aperfeiçoamento das relações entre docentes e discentes. Além disso, evidenciaram-se as práticas sociais de linguagem entre surdos em contextos bilíngues e biculturais, analisando como a interação entre Libras e a Língua Portuguesa influencia o letramento e a experiência educacional dos surdos. Conforme apontam, as especificidades dos alunos surdos não têm sido contempladas na formação inicial, com as licenciaturas, com a restrição desses professores à disciplina ofertada sobre a Libras, que não é suficiente para um entendimento mais amplo sobre a educação bilíngue de surdos.

A busca pela formação continuada pode auxiliar no alcance dessa ineficiência da formação inicial, mas cabe ainda outros elementos. Esses impasses refletem a incapacidade de lidar com uma educação “[...] materializada no pouco investimento, na pouca valorização do profissional e na compreensão superficial demonstrada, no decorrer da história, sobre aos saberes intrínsecos às práticas pedagógicas, e, no caso dos surdos, a desconsideração deste grupo de alunos como constitutivos de um grupo sociocultural e linguístico minoritário” (Muttão; Lodi, 2018, p. 889). O entendimento da pessoa surda, meramente pelo viés da deficiência, permanece criando fronteiras, sobretudo, sobre as responsabilidades de cada profissional no espaço escolar para o atendimento destes.

Em diálogo com as pesquisas levantadas, Rocha e Pasiani (2023) analisaram a educação de surdos no Brasil ao longo de 20 anos após a Lei de Libras, discutindo a evolução das políticas e práticas educacionais, bem como o impacto delas, na inclusão e no acesso à educação. A pesquisa mostra que, apesar da aprovação de algumas políticas

legislativas que favorecem uma educação de surdos mais inclusiva, na prática, isso não tem sido, de fato, cumprido. Os dados oficiais mostram o aumento da participação de estudantes surdos em todos os níveis de ensino, principalmente no Ensino Superior. Isso é interessante, uma vez que as falhas encontradas na Educação Básica, em geral, levam ao abandono escolar.

Apesar da maior presença nas salas de aula, tais evidências nos levam a pensar na imposição da língua portuguesa, em face do descumprimento da Educação Bilíngue de Surdos, quando a realidade é apresentada. As dificuldades na implementação das políticas, torna acidentada a trajetória escolar desses estudantes, cujas modificações no ensino não ocorrem sem a luta dos próprios sujeitos. A busca pela redução das assimetrias fez com que “[...] os movimentos surdos se fortalecessem e, assim, a luta pela ampliação dos espaços bilíngues se tornou uma máxima da comunidade surda, o que impactou e impacta o crescimento do número de matrículas e o direito ao uso da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda língua” (Rocha; Pasiani, 2023, p. 9).

Finalmente, Rodrigues e Gontijo (2017) investigaram o processo de descentralização da educação de surdos e seus desdobramentos no Espírito Santo (ES), explorando como esse processo afetou a implementação de políticas e a qualidade da educação em diferentes regiões. A pesquisa indica que a formação das primeiras escolas de surdos ainda influencia a forma como a educação a esse público se desenvolve ainda. Esse processo se deu por meio das parcerias entre as entidades públicas e privadas. O objetivo principal da escolarização dos surdos visava o ensino da língua oficial do país, a língua portuguesa, ressaltando as desigualdades entre surdos e ouvintes.

As bibliografias levantadas em nosso percurso metodológico apresentam “[...] queixas dos professores quanto aos espaços cedidos, falta de professores e, principalmente, falta de material adequado ao ensino da fala, objetivo da educação/alfabetização” (Rodrigues; Gontijo, 2017, p. 241). O reconhecimento da luta desses indivíduos é evidente. Cabe, então, a busca por maior representação, principalmente nos espaços de poder, visando a construção de políticas públicas, sobretudo, que se voltem à fiscalização do cumprimento das medidas já estabelecidas, além da implementação de currículos, materiais e formações continuadas mais inclusivas.

Antes de finalizar o nosso raciocínio, delineamos breves apontamentos sobre as 35 palavras-chave utilizadas nos 11 artigos analisados. Termos como *"Política Nacional de Alfabetização"*, *"Criança Surda"*, *"Língua Portuguesa"*, *"Alfabetização"*,

experiências exitosas, favorece a ampliação desses objetivos, contribuindo para a inclusão e a acessibilidade.

Considerações finais

Entendemos, ao longo de uma pesquisa de natureza qualitativa e com a utilização da revisão bibliográfica, que os estudos em nosso país, relacionados à alfabetização e, principalmente, à alfabetização bilíngue de surdos, ainda são incipientes, sobretudo quando se investiga em plataformas de divulgação mais exigentes, e, em consequência, de maior impacto, como o *SciELO*. Analisamos as produções científicas publicadas em periódicos nacionais, evidenciando as abordagens, metodologias e desafios enfrentados na alfabetização de estudantes surdos. Foram indicadas duas categorias analíticas: i) *Abordagens Pedagógicas e Metodológicas*; e ii) *Desafios e Políticas Públicas*.

Consideramos que o ensino de Libras na Educação Bilíngue de Surdos é essencial para a inclusão destes. Contudo, as diretrizes da Lei nº 14.191/2021, que estabelece a formação de professores, a oferta de Libras como disciplina curricular obrigatória e a modalidade bilíngue de educação à comunidade surda, não têm sido verificadas, quanto ao seu cumprimento. Em vista disso, torna-se fundamental que os professores sejam capacitados e habilitados para oferecer um ensino de qualidade, que respeite as particularidades identitárias e culturais dos surdos.

A busca pela autonomia na alfabetização e letramento de surdos, perpassa pela adoção de algumas estratégias pedagógicas, que considerem as especificidades linguísticas e culturais desse grupo. Dentre alguns dos trabalhos citados pelas pesquisas analisadas neste artigo, a mais importante, sem dúvida, é o exercício livre da Libras, que deve ser utilizada como língua de instrução, capacitando os sujeitos surdos à compreensão e produção de conhecimentos contextualizados e que levam em conta as particularidades de sua aprendizagem como a utilização dos estímulos visuais. Um ponto inicial muito importante é o trabalho com as produções culturais de surdos, a fim de reconhecer sua língua, luta e vivências.

Outro apontamento são as experiências com pedagogias visuais, *SignWriting*, contação de histórias em Libras e práticas de letramento bilíngue, que acabaram se mostrando promissoras, ainda que pouco difundidas. O diálogo entre práticas exitosas e políticas públicas mais consistentes pode potencializar avanços na inclusão escolar. Contudo, algumas limitações deste estudo são notáveis, tais como o número reduzido de

produções identificadas e a ausência de pesquisas de natureza longitudinal, capazes de acompanhar os efeitos das práticas pedagógicas no decorrer do tempo.

Além disso, observa-se uma carência de investigações que articulem a universidade e a escola, favorecendo a circulação de saberes entre teoria e prática, e que explorem as potencialidades das tecnologias digitais no ensino bilíngue. Práticas de extensão, por exemplo, podem ser implementadas para a expansão do acesso à Libras para surdos e não surdos. Ainda, indicamos algumas sugestões para o avanço no campo, considerando: i) a necessidade de estudos longitudinais que acompanhem os efeitos das práticas pedagógicas ao longo do tempo; ii) a investigação de experiências de formação docente voltadas, especificamente, para o ensino bilíngue de surdos; e iii) o aprofundamento do uso de recursos digitais e multimodais na alfabetização.

Referências

ALMEIDA, J. M. de S. **Letramentos e surdez: histórias de uma professora ouvinte no mundo dos surdos**. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

AZEVEDO, C. B. de; GIROTO, C. R. M.; SANTANA, A. P. de O. Produção científica na área da surdez: análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 1992 a 2013. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, 21(4), 459-476, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mpNGysQxgYjSTzGXdCdZNcm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.625 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

CASTRO, M. G. F. de; KELMAN, C. A. Práticas pedagógicas inclusivas bilíngues de letramento para estudantes surdos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, (28), e0119,155-168, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/nRqbfwkKJ5RRXmGtnCpkqPF/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 4 set. 2024.

FRANCISCO, G. da S. A. M.; ARGÔLO, M. A. Avanços e perspectivas da educação bilíngue de surdos no Brasil. **Ensaio Pedagógicos**, [S. l.], 9(1), p.41–65, 2025.

Disponível em: <https://ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/370>.

Acesso em: 8 set. 2025.

FREITAS, I. F. de. Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta. **Revista Brasileira de Educação** (25), e250034, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6WQDTppcbZMKyHbTyfCbnVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2024.

GOMIDES, P. A. D. *et al.* Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021. **Revista Sinalizar**, Goiânia, 7, 2022.

Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/72116>. Acesso em: 8 set. 2025.

KURZ, C. *et al.* **Guidelines for Multilingual Deaf Education Teacher Preparation Programs**. EUA: Gallaudet University Press. 2021.

LODI, A. C. B.; BORTOLOTTI, E. C.; CAVALMORETI, M. J. Z. Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas. **Bakhtiniana**, São Paulo, 9 (2): 131-149. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bak/a/HBKx7FPNcgjzy7nh86YSJgb/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 4 set. 2024.

MENEZES, I. M.; LOPES JUNIOR, D.; GOMIDES, P. A. D. Educação inclusiva e formação de professores: a Libras como disciplina nas Licenciaturas em Matemática. **Revista Cocar**, [S. l.], 19(37), 2023. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6581>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 49-56. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/YTSHs8G4rBGhssBgDqCPkTc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 4 set. 2024.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo, SP: Parábola, 2019.

ROCHA, L. R. M. da; PASIANI, M. S. A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da Lei de Libras. **Educação em Revista**. Belo Horizonte (39), e40565. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2024.

RODRIGUES, E. G.; GONTIJO, C. M. M. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, 43(1), 229-243. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JfGKRF8dVSQP8LsGwvf6YgD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2024.

RODRIGUES, E. G.; GONTIJO, C. M. M. GUTIERREZ, E. O. A alfabetização de surdos na Política Nacional de Alfabetização (2019-2022). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, e92552, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YLQGZqBKfN5tFYrc5DsjpHR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2025.

SILVA, G. M. da. O processo de ensino-aprendizagem da leitura em uma turma de alunos surdos: uma análise das interações mediadas pela Libras. **RBLA**, Belo Horizonte, 14(4), 905-934, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/kBh7XF4Y3nR9MNGQMNvJLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set 2024.

SILVA, R. A. F. da; SEABRA, A. G. Crianças surdas e experiências com a palavra escrita. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, (48), e239142, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/FTFzVHrWMfhHtNv54mtH7TR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set 2024.

SILVA, R. B. da.; AGUIAR, J. V. L. . Educação bilíngue para surdos na perspectiva dos estudos interculturais: : possibilidades que incluem. **Revista Faculdade Famen**, REFFEN, [S. l.], 6(3), 80–94, 2025. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/169>. Acesso em: 8 set. 2025.

SILVA, E. *et al.* Libras e educação de surdos: disputas e relações de poder no mercado linguístico. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, 12(3), 22–36, 2025. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/12468>. Acesso em: 8 set. 2025.

SKLIAR, C. As Diferenças e as Pessoas Surdas. INES, **Revista Forum**, Rio de Janeiro, (36). 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/426>. Acesso em: 4 set. 2024.

SOUSA, W. P. de A.; CAVALCANTI, W. M. A. Práticas de letramento no processo de aquisição de língua portuguesa escrita por surdos nas séries iniciais do ensino fundamental. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 105, e5835, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9gK33cLR49QTPs49qFXR7cz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2025.

Submissão: 05/10/2024. **Aprovação:** 02/09/2025. **Publicação:** 15/12/2025.